

MESTRADO EM
ECONOMIA E GESTÃO INTERNACIONAL

O impacto macroeconómico das remessas dos emigrantes na América Latina

Sandra Gabriela Tomás Rodríguez

M

2024



FACULDADE DE ECONOMIA



O IMPACTO MACROECONÓMICO DAS REMESSAS DOS
EMIGRANTES NA AMÉRICA LATINA

Sandra Gabriela Tomás Rodríguez

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre
em Economia e Gestão Internacional

Orientado por:
Prof. Doutor Pedro Cunha Neves

2024

Agradecimentos

Esta dissertação representa a concretização de um importante objetivo acadêmico e pessoal. Desejo expressar a minha gratidão a todos aqueles que, de diversas formas, contribuíram para este trabalho.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por me conceder a força e a sabedoria necessárias para seguir em frente a cada dia.

Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Cunha Neves, pela sua orientação e acompanhamento no culminar desta dissertação.

À minha família por estar sempre ao meu lado e apoiar-me em todas as minhas metas.

Aos meus amigos pela sua companhia e motivação ao longo do meu percurso académico.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

Os fluxos de remessas têm assumido uma relevância crescente na economia global, sobretudo como fontes de financiamento externo para países em desenvolvimento. Na América Latina, as remessas dos emigrantes têm sido essenciais para o crescimento económico, constituindo uma parcela significativa do PIB da região. O objetivo deste trabalho visa analisar os impactos macroeconómicos das remessas dos emigrantes nas componentes do PIB, nomeadamente consumo, investimento, gastos públicos, importações e exportações, para um conjunto de 10 países latino-americanos durante o período de 2000 a 2022. Foram recolhidos dados de diversas fontes e realizadas análises econométricas, com recurso ao programa Stata, para estimar aqueles impactos. Os resultados revelam que as remessas têm um impacto significativo e positivo no consumo, gastos públicos, exportações e importações, e negativo no investimento. Esses efeitos são atribuídos ao papel fundamental das remessas em contextos de alta desigualdade social e pobreza, uma vez que ajudam a cobrir as necessidades básicas e apoiar os gastos públicos, bem como a capacidade de exportação e importação. Destaca-se ainda a necessidade de desenvolver políticas que direcionem esses fluxos para o fortalecimento das capacidades produtivas locais.

Palavras-chave: América Latina, Emigrantes, Produto Interno Bruto, Remessas.

Abstract

Remittance flows have assumed increasing relevance in the global economy, especially as sources of external financing for developing countries. In Latin America, remittances from emigrants have been essential for economic growth, constituting a significant portion of the region's GDP. The objective of this work is to analyze the macroeconomic impacts of emigrants' remittances on the components of GDP, namely consumption, investment, public spending, imports and exports, for a set of 10 Latin American countries during the period from 2000 to 2022. Data were collected from different sources and econometric analyzes were carried out, using the Stata program, to estimate those impacts. The results reveal that remittances have a significant and positive impact on consumption, public spending, exports and imports, and a negative impact on investment. These effects are attributed to the fundamental role of remittances in contexts of high social inequality and poverty, as they help cover basic needs and support public spending, as well as export and import capacity. The need to develop policies that direct these flows to strengthen local productive capacities is also highlighted.

Keywords: Latin America, Emigrants, Gross Domestic Product, Remittances.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão de literatura.....	3
2.1 Conceito de remessas.....	3
2.2 Impactos macroeconômicos positivos das remessas.....	4
2.3 Impactos macroeconômicos negativos das remessas.....	8
2.3.1 Doença holandesa.....	10
2.4 Impactos macroeconômicos mistos das remessas.....	13
3. Evolução e importância das remessas na América Latina e no Caribe.....	16
4. Metodologia.....	19
4.1 Modelo e variáveis.....	19
4.2 Dados.....	21
4.3 Métodos de estimação.....	23
5. Análise e discussão dos resultados.....	24
6. Conclusão.....	30
Referências bibliográficas.....	31

Índice de tabelas

Tabela 1: Impactos macroeconómicos positivos das remessas.....	6
Tabela 2: Impactos macroeconómicos negativos das remessas.....	11
Tabela 3: Impactos macroeconómicos mistos das remessas.....	14
Tabela 4: Medidas e fontes das variáveis.....	21
Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis.....	22
Tabela 6: Resultados do teste Hausman.....	23
Tabela 7: Regressão para a equação do consumo	24
Tabela 8: Regressão para a equação da formação bruta de capital fixo.....	26
Tabela 9: Regressão para a equação dos gastos públicos	27
Tabela 10: Regressão para a equação das exportações.....	28
Tabela 11: Regressão para a equação das importações.....	29

Índice de figuras

Figura 1: Remessas (% do PIB) nos 10 países durante 2000 - 2022.....	17
--	----

1. Introdução

As remessas dos emigrantes têm desempenhado um papel fundamental como fonte de financiamento para vários países. Segundo Ratha et al. (2023), no período pós-Covid, as remessas tornaram-se ainda mais importantes como fonte de financiamento externo, principalmente para os países de baixo e médio rendimento, em relação ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE), à ajuda pública ao desenvolvimento e ao portfólio de fluxos de investimento. Em 2022, os fluxos de remessas para esses países aumentaram 8%, seguindo um crescimento de 10,6% em 2021. Esse registo superou as expectativas, tendo em conta o contexto económico desafiador caracterizado pela desaceleração das economias a nível mundial, inflação e guerra na Ucrânia. Para a região da América Latina e o Caribe (ALC), as remessas aumentaram 11,3% em 2022, após um aumento recorde nas remessas em 2021 (26,5%). De acordo com o relatório, o forte mercado de trabalho dos Estados Unidos teve um impacto positivo nos fluxos de remessas durante 2022.

Cabe ainda destacar que as remessas constituem uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) para vários países da América Latina e o Caribe. Com base nos dados do Banco Mundial sobre as remessas em relação ao PIB, em 2022, as Honduras foi o país latino-americano que atingiu o maior valor com 26,8%. Na mesma linha, El Salvador registou 23,7%, seguido por Haiti com 22,4% e a Jamaica com 21,6%. A Nicarágua e a Guatemala, por sua vez, tiveram também uma influência significativa das remessas, representando 20,6% e 19,2% do seu respetivo produto interno bruto.

Portanto, visto que as remessas constituem, de facto, fontes de financiamento externo significativas principalmente para os países em desenvolvimento, torna-se fundamental analisar os seus efeitos económicos nos países recetores, neste caso de estudo, para os países da América Latina. De acordo com a literatura, este tema tem sido objeto de interesse e de estudo ao longo do tempo. No entanto, a literatura existente não tem chegado a um consenso e continua a apresentar provas empíricas desde diferentes enfoques e com resultados divergentes consoante o país analisado. Uma ampla literatura mostra os efeitos positivos das remessas nos países recetores, enquanto outros corroboram os efeitos negativos e mistos. Cabe destacar que, para a América Latina, a literatura existente recente é limitada no que diz respeito aos impactos macroeconómicos das remessas dos emigrantes. Até o momento, a maioria dos estudos empíricos concentram-se principalmente na relação

das remessas e determinantes não económicos, nomeadamente a pobreza, desigualdade, estabilidade política, qualidade institucional e o crescimento económico.

A principal motivação deste estudo decorreu da significativa relevância entre as remessas no produto interno bruto nas economias em desenvolvimento na América Latina, da escassa literatura existente a nível macroeconómico para a região, bem como da falta de consenso nos resultados empíricos sobre o tema. Assim, o objetivo deste trabalho visa analisar os impactos macroeconómicos das remessas dos emigrantes nas componentes do produto interno bruto, nomeadamente consumo, investimento, gastos públicos, importações e exportações, para um conjunto de 10 países latino-americanos - Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e República Dominicana - durante o período de 2000 a 2022. A seleção da amostra deve-se ao facto de serem os principais países recetores de remessas da região e com maior impacto no produto interno bruto, o que torna a análise mais relevante. Além disso, baseia-se na disponibilidade de dados para cada um dos países. Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados dados de distintas fontes, nomeadamente Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), *Penn World Table* (PWT) e Organização Mundial do Trabalho (OMT) e realizadas análises econométricas, utilizando o programa Stata, para efetuar as estimativas de cada uma das regressões.

Os resultados das estimações mostram que as remessas têm um impacto significativo nas cinco componentes do produto interno bruto, sendo positivo no consumo, gastos públicos, exportações e importações, e negativo no investimento. Esses resultados indicam que, em contextos de alta desigualdade e pobreza na América Latina e no Caribe, as remessas desempenham um papel fundamental ao satisfazer as necessidades básicas e apoiar as despesas do governo e a capacidade exportadora e importadora. Além disso, evidenciam a necessidade de políticas que direcionem esses fluxos para fortalecer as capacidades produtivas locais.

O restante trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo seguinte apresenta uma breve revisão da literatura, abordando o conceito das remessas e o impacto macroeconómico positivo, negativo e misto das remessas. O terceiro capítulo trata da evolução e importância das remessas na região da América Latina e o Caribe. O quarto capítulo introduz o modelo e as variáveis utilizadas, os dados recolhidos e os métodos de estimação aplicados. O quinto capítulo analisa e discute os resultados das cinco regressões. O último capítulo apresenta as conclusões.

2. Revisão de literatura

Este capítulo apresenta brevemente a revisão de literatura sobre o tema em análise. Encontra-se dividido em quatro subcapítulos: o primeiro define o conceito de remessas, o segundo aborda os impactos macroeconômicos positivos das remessas, o terceiro os impactos negativos, incluindo o efeito da “doença holandesa”, e quarto os impactos mistos.

Cabe destacar que a literatura sobre o impacto econômico das remessas dos emigrantes é abrangente e apresenta conclusões empíricas sem consenso e com resultados divergentes para determinado(s) país(es). Os estudos recentes têm desenvolvido uma abordagem multifacetada na análise dos impactos das remessas, centrando-se em diversas questões, tais como crescimento econômico, variáveis micro e macroeconômicas, doença holandesa, estabilidade política, qualidade institucional, pobreza, desigualdade, motivação e finalidade das remessas, migração, efeitos a curto e longo prazo, incluindo as implicações do Covid-19, entre outros. Além disso, essas pesquisas podem ser categorizadas em três grupos: as que corroboram o impacto macroeconômico positivo das remessas no país recetor, as que apontam para efeitos negativos e as que evidenciam uma influência mista.

2.1 Conceito de remessas

De acordo com o FMI (2009), as remessas representam receitas provenientes de economias estrangeiras e geradas principalmente pela migração temporária ou permanente de pessoas para essas economias. No entanto, a definição estatística das remessas utilizada nas contas de balanço de pagamentos é mais ampla, uma vez que estas derivam principalmente de duas componentes: (i) remuneração dos empregados, como o rendimento gerado por trabalhadores não residentes numa economia ou pago por entidades não residentes, (ii) transferências pessoais, que abrangem todas as transferências correntes entre residentes e não residentes, independentemente da fonte de rendimento da família de origem, da relação entre as famílias e da finalidade da transferência. As remessas incluem todas as transferências entre famílias e as entradas líquidas de trabalhadores não residentes.

Cabe destacar que, em muitas economias, as remessas representam uma fonte de fundos importante e estável, por vezes ultrapassando a ajuda pública ou IDE. Isso pode resultar num impacto significativo no financiamento do crescimento das economias beneficiárias e na redução da pobreza (FMI, 2009).

2.2 Impactos macroeconómicos positivos das remessas

Na primeira categoria de artigos, apresentam-se estudos que reportam impactos macroeconómicos positivos das remessas. Bucevska (2022) avaliou a relevância das remessas como fator de crescimento para seis países do Sudeste Europeu entre 2008 e 2020. O estudo concluiu que as remessas tiveram um efeito positivo no crescimento económico, mesmo em tempo de crise. Tal impacto foi explicado pelo aumento da procura agregada decorrente do aumento do consumo e do investimento das famílias dos migrantes nos seus países de origem. Esse resultado foi corroborado por Sarbu & Cimpoei (2018) no seu estudo para a Moldávia, no qual constataram que, mesmo sem intervenção direta das autoridades, as remessas dos emigrantes impulsionaram o crescimento económico do país, sendo direcionadas para fins de consumo ou investimento. Essa contribuição foi demonstrada pelo facto da Moldávia estar no topo internacional em dois indicadores - o rácio entre remessas e PIB e exportações anuais totais - e pelo grande número de trabalhadores migrantes. Na mesma linha, Narang (2020) verificou que um aumento no fluxo das remessas resultou num incremento significativo nos investimentos e nas despesas de consumo na Índia entre 1975 e 2017, desempenhando um papel essencial na determinação do PIB da economia indiana.

Por outro lado, Kandil & Mirzaie (2009) encontraram resultados adicionais, incluindo um impacto nas importações e exportações. A pesquisa abrangeu uma amostra de oito países do Médio Oriente durante o período de 1975 a 2004. Chegaram à conclusão de que os fluxos de remessas tiveram um efeito positivo e significativo sobre o crescimento real do PIB na Jordânia, em parte devido à capacidade produtiva do país no uso das remessas, que se refletiu num aumento do consumo, investimento e importações. Esse impacto positivo também foi notável nas exportações da Jordânia e Tunísia, fortalecendo o saldo das suas balanças comerciais. No geral, a entrada de remessas contribuiu para a economia ao financiar a procura interna, reduzir as pressões na conta corrente e impulsionar a poupança nacional. Por sua vez, Blouchoutzi & Nikas (2010) investigaram o impacto das remessas em três variáveis macroeconómicas - consumo, investimento e importações - em economias dos Balcãs em transição - Roménia, Bulgária e Albânia - no período de 1992 a 2008. A análise econométrica revelou uma influência positiva significativa das remessas e variáveis macroeconómicas, destacando o seu papel crucial no financiamento das importações, consumo e investimento privado, contribuindo assim para a reconstrução e crescimento económico desses países. Para a mesma região, Rausser et al. (2018) concluíram que as remessas enviadas tiveram também uma influência positiva e significativa no desenvolvimento económico na Lituânia,

Letónia e Estónia entre 2004 e 2014. A maior dependência das remessas observou-se na Estónia devido ao seu PIB mais baixo e ao impacto mais significativo das remessas no aumento do consumo das famílias e do PIB, em comparação com o salário mínimo, saldo da conta corrente e IDE. Em relação à ALC, Fromentin (2018) examinou uma amostra de 32 países no período de 1974 a 2013. Aplicando testes de causalidade e métodos dos momentos generalizado e dos mínimos quadrados, comprovou uma ligação bidirecional positiva significativa entre as remessas e o desenvolvimento financeiro, principalmente nos países com uma elevada proporção de remessas face ao PIB. Os resultados indicam que um sistema financeiro bem desenvolvido conduz a um maior influxo de remessas, além de facilitar a alocação mais eficiente desses recursos para investimentos produtivos. Por sua vez, Olayungbo & Quadri (2019) mostraram que tanto as remessas como o desenvolvimento financeiro tiveram efeitos positivos significativos no crescimento económico a curto e longo prazo para um conjunto de 20 países da África Subsaariana entre 2000 e 2015. Conforme argumentado no artigo, as remessas promovem o crescimento económico através do aumento do rendimento familiar e do investimento no país de origem, enquanto o desenvolvimento financeiro pode estimular a atração de fluxos de remessas. No entanto, não foi encontrada nenhuma causalidade entre as remessas e o desenvolvimento financeiro devido à relação de substituição entre eles. Isto indica que os fluxos de remessas circulam através de canais informais, reflexo do baixo desenvolvimento financeiro e do pequeno número de destinatários que acedem aos serviços financeiros na África Subsaariana.

Outros artigos que mostraram efeitos positivos das remessas nos países recetores incluem o de Asafo Agyei (2021). A análise concentrou-se no Gana durante o período de 1980 a 2018 e, aplicando o método dos mínimos quadrados, verificou que o fluxo de remessas contribuiu positivamente para o PIB *per capita*. Especificamente, um aumento de 1% nas remessas levou a um aumento de aproximadamente 4% no PIB *per capita*. Isso sugere que as remessas melhoram a qualidade de vida da maioria da população no Gana, incentivando, assim, os migrantes a realizarem esses envios. Jannat et al. (2018) investigaram o impacto das remessas nos gastos do governo de Bangladesh entre 1980 e 2015. Os resultados indicaram uma relação unidirecional positiva no longo prazo. Uma das razões indicada no estudo é que as remessas ainda não cobrem totalmente as despesas sociais das famílias, o que leva o governo a manter gastos anteriores para alcançar a prosperidade económica. No caso da Nigéria, Eke & Eke (2023) examinaram a influência das remessas como fonte de crescimento do PIB *per capita* em comparação com outras fontes de

investimento na economia. Utilizando dados de 1980 a 2022 e o mecanismo de correção de erros Engel-Granger, constataram um efeito positivo e significativo das remessas no crescimento associado às inovações financeiras que promoveram a utilização do sistema financeiro formal para transações de remessas. Para uma amostra de 11 países da Europa Central e Oriental, Kersan-Škabić & Tijanić (2022) evidenciaram que as remessas exerceram um impacto positivo e estatisticamente significativo no desenvolvimento económico desde o alargamento da União Europeia (UE) em 2004 até 2020. Esses efeitos também foram observados no consumo final, na formação bruta de capital fixo, na balança comercial externa e no IDE. Segundo os autores, a contribuição para o crescimento pode ser vista pelos efeitos positivos das remessas em países com elevada emigração, como exemplificado nos novos Estados-membros da UE, para resolver alguns problemas económicos.

Estudos adicionais abrangem o trabalho de Chamorro-García & Hernández-García (2019) focado em regiões da Colômbia, os de Eggoh et al. (2019) em 49 países em desenvolvimento e o de Jacques (2004) em Marrocos, os quais identificaram um impacto positivo sobre o crescimento económico.

A Tabela 1 sintetiza os principais resultados e características dos estudos que reportam impactos macroeconómicos positivos das remessas.

Tabela 1: Impactos macroeconómicos positivos das remessas

Autor(es)	País(es) em análise	Período	Metodologia	Resultado
Eke & Eke (2023)	Nigéria	1980 - 2020	Teste de cointegração de Johansen no contexto do mecanismo de correção de erros Engel-Granger.	Efeito positivo e significativo no crescimento económico.
Bucevska (2022)	6 países do Sudeste Europeu	2008 - 2020	Regressão em painel com modelo de efeitos fixos.	Efeito positivo no crescimento económico.
Kersan-Škabić & Tijanić (2022)	11 países da Europa Central e Oriental	2004 - 2020	Análise econométrica de dados em painel.	Impacto positivo significativo no desenvolvimento económico.

Asafo Agyei (2021)	Gana	1980 - 2018	Regressão múltipla OLS aplicada a dados anuais.	Impacto positivo no PIB <i>per capita</i> .
Narang (2020)	Índia	1975 - 2017	Regressão a dois estágios e equações simultâneas.	Influência positiva no PIB.
Olayungbo & Quadri (2019)	20 países da África Subsaariana	2000 - 2015	Modelo <i>Mean Group</i> , <i>Pooled Mean Group</i> / <i>Autoregressive Distributed Lag</i> e teste de causalidade de Granger.	Efeito positivo significativo das remessas e desenvolvimento financeiro no crescimento económico no curto e longo prazo.
Fromentin (2018)	32 países da ALC	1974 - 2013	Teste de causalidade de Granger, teste de não causalidade de painel, estimativas com efeitos fixos de país e tempo e o método dos momentos generalizado.	Ligação bidirecional positiva e significativa entre as remessas e o desenvolvimento financeiro.
Rausser et al. (2018)	Três Estados Bálticos: Lituânia, Letónia e Estónia	2004 - 2014	Análise econométrica, utilizando séries temporais, dados em painel, análise de cointegração e o método dos mínimos quadrados.	Influência positiva significativa no desenvolvimento económico.
Sarbu & Cimpoeș (2018)	Moldávia	1996 - 2016	Métodos de análise de sistemas, análise diagnóstica, técnicas estatísticas e métodos tradicionais de investigação científica (abstração científica, análise e síntese, indução e dedução).	Efeito positivo no crescimento económico.

Jannat et al. (2018)	Bangladesh	1980 - 2015	Testes de cointegração de Johansen, teste de causalidade de Granger e o modelo de correção de erros vetoriais, modelo OLS dinâmico.	Relação unidirecional positiva que vai do fluxo de remessas aos gastos do governo no longo prazo.
Blouchoutzi & Nikas (2010)	Roménia, Bulgária e Albânia	1992 - 2008	Análise econométrica com base na análise de séries temporais.	Influência positiva significativa entre as remessas e três variáveis macroeconómicas.
Kandil & Mirzaie (2009)	8 países do Médio Oriente	1975 - 2004	Método dos mínimos quadrados e regressão a dois estágios.	Efeito positivo e significativo no crescimento do PIB da Jordânia e nas exportações da Jordânia e Tunísia.

2.3 Impactos macroeconómicos negativos das remessas

Na segunda categoria de artigos, destacam-se estudos com efeitos macroeconómicos negativos das remessas. Por exemplo, a análise econométrica realizada por Qutb (2021) sobre a influência das remessas no crescimento económico no Egito concluiu que um aumento das remessas associado ao consumo, em detrimento do investimento no país recetor, impacta negativamente a economia local sob a forma de inflação, aumento das importações e declínio no PIB. De forma similar, Gjini (2013) investigou o papel das remessas no crescimento económico em 12 países em desenvolvimento da Europa Central e Oriental divididos em dois grupos em relação ao nível de rendimento. Utilizando dados de painel que abrangeram o período de 1996 a 2010 e aplicando um modelo de efeitos fixos, evidenciou-se que o efeito das remessas foi negativo e estatisticamente significativo no crescimento económico da amostra. O autor argumentou que para os países classificados no grupo de rendimento médio-alto, as remessas são mais frequentemente usadas para consumo imediato, em vez de investimentos. Esse argumento é também corroborado por Barajas et al. (2009) que examinaram uma amostra de 84 países em desenvolvimento no período de 1970 a 2004. Como resultado, as remessas não tiveram qualquer impacto no crescimento económico, uma

vez que não são direcionadas para investimentos, mas sim para ajudar os membros da família no financiamento da compra de bens de primeira necessidade.

Outras pesquisas apontaram conclusões semelhantes em relação a outras variáveis económicas. Por exemplo, Nakije (2021) investigou a relação entre as remessas e os fluxos de IDE no Kosovo, na Suíça e na Dinamarca de 2004 a 2018, empregando o método dos mínimos quadrados e teste causalidade de Granger. De acordo com os resultados, o impacto das remessas foi insignificante na atração de IDE nos três países analisados, embora haja uma correlação alta entre remessas e IDE. A justificativa deve-se ao facto das remessas serem baixas na Suíça e Dinamarca, não sendo consideradas como um fator de crescimento económico. No Kosovo, apesar da sua elevada taxa de crescimento de remessas, estas ainda não conseguiram atrair investidores estrangeiros. Por outro lado, Farzanegan & Hassan (2019) observaram que o fluxo de remessas teve um efeito crescente sobre os défices comerciais para um conjunto de 11 países do Médio Oriente, Norte de África e América Latina. Esse resultado foi explicado pela fraca base industrial, baixa exportação de produtos manufaturados e elevada dependência de bens importados acabados e intermédios, sendo mais notório nos países com investimento interno insuficiente. O estudo de Bhatta (2013) também revelou uma causalidade unidirecional positiva de longo prazo das remessas para as importações e o défice comercial no Nepal entre 2001 e 2011. Isso sugere que as remessas provocaram a importação de mercadorias e, consequentemente, contribuíram para o aumento do défice comercial. No entanto, não foi encontrada nenhuma evidência empírica de uma influência direta das remessas nas exportações. Ao recorrer a uma abordagem do teste de causalidade de Granger, Chirila & Chirila (2017) investigaram a causalidade entre as remessas e o desenvolvimento económico nos países da Europa Central e Oriental, com ênfase na Roménia. Concluíram que as remessas enviadas pelos emigrantes romenos não causaram o desenvolvimento económico da Roménia expresso no PIB, nem nos investimentos e exportações. Tal efeito foi justificado pelo aumento do consumo de bens importados, diminuição das exportações e apreciação da taxa de câmbio. Para o mesmo país, Cismaş et al. (2019) também revelaram que, embora os fluxos das remessas sejam mais estáveis ao longo do ciclo económico (1996-2017), não estimularam o crescimento económico, possivelmente devido ao volume significativo de remessas transferidas por canais informais do que formais.

Ahmed (2012) forneceu provas que a ajuda externa e as remessas em países muçulmanos pobres e não produtores de petróleo diminuíram a percentagem de despesas

governamentais em bens de bem-estar social (como subsídios e transferências governamentais), em favor de bens de clientelismo (compensação salarial do governo) no período de 1975 a 2004. O estudo aponta que as instituições políticas nacionais influenciam o impacto da ajuda externa e dos fluxos de remessas na qualidade da governação e na resistência dos regimes autocráticos. Na mesma linha, Doyle (2015) comprovou que as remessas tiveram um efeito negativo significativo a longo prazo sobre a segurança social e as despesas sociais em 18 países latino-americanos entre 1990 e 2009. Conforme as suas conclusões, a receção regular de remessas reforça o rendimento e a segurança económica dos destinatários, reduzindo assim o apoio às transferências de assistência social do governo.

Alguns outros estudos, como os de Singh et al. (2011) em 36 países da África Subsaariana, os de Chami et al. (2005) em 113 países e os de Fullenkamp et al. (2008) em 118 países, também encontraram uma relação negativa entre as remessas e o crescimento económico.

2.3.1 Doença holandesa

Conforme descrito na literatura, o fluxo de remessas está ocasionalmente associado à valorização da taxa de câmbio, fenómeno conhecido como “doença holandesa”. Este termo foi introduzido para descrever a situação experimentada nos Países Baixos, após a descoberta de reservas de gás natural no Mar do Norte em 1960. Consequentemente, desencadeou uma valorização da taxa de câmbio real, enfraquecendo a competitividade das exportações do país e provocando a contração do setor exportador tradicional (efeito gasto). Ao mesmo tempo, recursos como capital e trabalho são desviados para a produção de bens, para o consumo interno e para o setor petrolífero em expansão (efeito de realocação de recursos). Embora a doença holandesa esteja geralmente associada à descoberta de recursos naturais, pode ocorrer em qualquer situação que resulte num influxo significativo de moeda estrangeira, incluindo um aumento acentuado nos preços de recursos naturais, ajuda externa e IDE (Ebrahim-Zadeh, 2003).

O estudo de Acosta et al. (2009) forneceu evidências empíricas que corroboraram a relação entre as remessas e a doença holandesa em El Salvador. Utilizando dados trimestrais de 1991 a 2006 e aplicando uma análise de autoregressão vetorial bayesiana, concluíram que um aumento nos fluxos de remessas resultou num aumento do rendimento das famílias e, consequentemente, num aumento do consumo que é enviesado para bens não transacionáveis, alinhando-se com a apreciação da taxa de câmbio real. Na mesma linha,

Polat & Andrés (2019) mostraram, para um conjunto de 41 países em desenvolvimento durante 1995 a 2014, que as remessas são direcionadas para o consumo, tanto nos setores de bens não transacionáveis quanto nos transacionáveis, gerando um impacto de doença holandesa no mercado. Khan & Gunwant (2023) também projetaram que, até 2030, o fluxo de remessas poderá afetar negativamente diversos aspetos na Turquia, como o crescimento económico, desenvolvimento financeiro, nível de pobreza e a taxa de câmbio. Segundo os autores, essa previsão pode ser atribuída ao aumento do número de migrantes na Turquia e à doença holandesa.

A Tabela 2 sintetiza os principais resultados e características dos estudos que reportam impactos macroeconómicos negativos das remessas.

Tabela 2: Impactos macroeconómicos negativos das remessas

Autor(es)	País(es) em análise	Período	Metodologia	Resultado
Khan & Gunwant (2023)	Turquia	1974 - 2021	Modelo auto-regressivo integrado de médias móveis.	Declínio previsto no fluxo de remessas até 2030 que poderá afetar negativamente o crescimento económico.
Qutb (2021)	Egito	1980 - 2017	Teste de Dickey-Fuller, de cointegração de Johansen e de causalidade de Granger e o modelo de correção de erros vetoriais.	Impacto negativo significativo sobre o crescimento do PIB.
Nakiye (2021)	Kosovo, Suíça e Dinamarca	2004 - 2018	Modelo OLS e teste de causalidade de Granger.	Impacto insignificante na atração de IDE.

Cismaş et al. (2019)	Roménia	1996 - 2017	Método dos mínimos quadrados e testes de pré-estimação.	As remessas não estimularam o crescimento económico.
Farzanegan & Hassan (2019)	11 países do Médio Oriente, Norte de África e América Latina	1980 - 2013	Método dos mínimos quadrados e regressão a dois estágios de efeito fixo.	Efeito negativo na balança comercial.
Polat & Andrés (2019)	41 países em desenvolvimento	1995 - 2014	Métodos dos momentos generalizado	As remessas criam doença holandesa.
Chirila, V., & Chirila, C. (2017)	Roménia	1994 - 2015	Teste de causalidade de Granger por meio do procedimento proposto por Toda e Yamamoto.	Impacto negativo no desenvolvimento económico.
Doyle (2015)	18 países latino-americanos	1990 - 2009	Mecanismo causal central a uma série de testes estatísticos.	Efeito negativo significativo a longo prazo sobre a segurança social e as despesas sociais.
Gjini (2013)	12 países em desenvolvimento da Europa Central e Oriental	1996 - 2010	Modelo de efeitos fixos.	Efeito negativo e estatisticamente significativo no crescimento económico.
Bhatta (2013)	Nepal	2001 - 2011	Técnicas de cointegração e o modelo vetorial de correção de erros.	Causalidade unidirecional positiva de longo prazo das remessas para as importações e o défice comercial.

Ahmed (2012)	Países muçulmanos	1975 - 2004	Análise econométrica.	Diminuição das despesas governamentais em bens de bem-estar social.
Barajas et al. (2009)	84 países emergentes	1970 - 2004	Regressões de crescimento em painel.	As remessas não tiveram qualquer impacto no crescimento económico.
Acosta et al. (2009)	El Salvador	1991 - 2006	Análise de autoregressão vetorial bayesiana.	O aumento nos fluxos de remessas cria doença holandesa.

2.4 Impactos macroeconómicos mistos das remessas

Na terceira categoria de artigos, apresentam-se pesquisas que evidenciaram impactos macroeconómicos mistos das remessas nas suas análises. Taguchi & Shammi (2018) identificaram a existência da doença holandesa em Bangladesh no primeiro período analisado, de 1976 a 1995. No entanto, observaram um impacto positivo na acumulação de capital para o segundo período, de 1996 a 2014. Conforme os autores, as recentes políticas industriais e as melhorias institucionais possivelmente contribuíram para esta evolução positiva no efeito das remessas entre dois períodos. Para o mesmo país, Hassan & Shakur (2017) revelaram uma relação não linear entre os fluxos de remessas internas e o PIB entre 1976 e 2012. Numa fase inicial, o uso improdutivo das remessas e a apreciação da taxa de câmbio, ou seja, o efeito da doença holandesa, resultaram numa redução do PIB, mas investimentos eficientes posteriores estimularam o crescimento económico. A relação não linear entre as remessas e o crescimento económico foi também demonstrada por Tchekoumi & Nya (2023). O estudo analisou seis países da comunidade económica e monetária da África Central entre 1990 e 2018. De acordo com os resultados, abaixo de um determinado limiar, as remessas afetaram positivamente o crescimento económico, enquanto acima desse limiar, o aumento das remessas foi contraproducente para a atividade económica. Segundo os autores, essa sensibilidade poderá ser mais evidente nos países onde as remessas são destinadas mais ao consumo do que ao investimento. Além disso, argumentaram que a relação não linear remessas-crescimento depende principalmente da abertura comercial, do

investimento privado e da estabilidade política. Por outro lado, Bouoiyour et al. (2018) constataram que, antes da Primavera Árabe, as remessas tiveram uma influência negativa a curto prazo no crescimento económico, com efeitos variados no investimento interno e positivos no consumo na Tunísia. No entanto, após as revoltas, houve um impacto positivo a longo prazo no crescimento e no consumo e negativo no investimento no curto e médio prazo. O resultado foi explicado pela prioridade dos trabalhadores migrantes em apoiar as famílias e não por motivos de investimento. Para a ALC, Mayoral & Proaño (2015) chegaram à conclusão de que as remessas não tiveram um impacto direto significativo no crescimento da maioria dos países da região, exceto na República Dominicana, El Salvador, Costa Rica, Equador e Bolívia que contribuíram para um aumento no rendimento *per capita*. Por sua vez, observou-se que o maior crescimento de remessas ocorreu nos países com menor rendimento *per capita* a curto prazo, evidenciando o seu carácter anticíclico e efeitos limitados, já que são principalmente destinados ao consumo. No entanto, após a crise de 2008, as remessas passaram a ter efeitos positivos significativos no rendimento *per capita* em vários países da região, atuando como um mecanismo de compensação contra a crise económica internacional.

Estudos suplementares abordaram a relação entre as remessas e outros fatores como a abertura comercial (Chana et al., 2019), condições económicas externas (Vacaflares, 2018a), a estabilidade política, qualidade institucional e pobreza (Vacaflares, 2018b; Borja, 2020; Joseph & Hamilton, 2013).

A Tabela 3 sintetiza os principais resultados e características dos estudos que reportam impactos macroeconómicos mistos das remessas.

Tabela 3: Impactos macroeconómicos mistos das remessas

Autor(es)	País(es) em análise	Período	Metodologia	Resultado
Tchekoumi & Nya (2023)	6 países da comunidade económica e monetária da África central.	1990 - 2018	Modelo de regressão de transição suave.	As remessas afetam positiva e negativamente a partir de um determinado limiar.

Taguchi & Shammi (2018)	Bangladesh	1976 - 2014	Modelo autorregressivo vetorial	Efeito negativo no primeiro período analisado, mas positivo no segundo período.
Bouoiyour et al. (2018)	Tunísia	1990 - 2015	Método de decomposição do modo empírico.	Influência negativa a curto prazo no crescimento económico antes da Primavera Árabe, mas positiva após as revoltas.
Hassan & Shakur (2017)	Bangladesh	1976 - 2012	OLS, regressão a dois estágios e o método dos mínimos quadrados.	Impacto negativo no crescimento económico numa fase inicial, tornando-se positivo posteriormente.
Mayoral & Proaño (2015)	ALC	1975 - 2012	Método dos mínimos quadrados	Inicialmente, verificou-se uma influência negativa no crescimento económico, tornando-se positiva após a crise de 2008.

3. Evolução e importância das remessas na América Latina e no Caribe

Os fluxos de remessas para a ALC têm apresentado uma tendência crescente, desempenhando um papel fundamental no apoio e sustento para muitas famílias da região. Os relatórios do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento fornecem análises detalhadas sobre a evolução e determinantes das remessas para os países da ALC, com base nos dados dos respectivos bancos centrais.

O aumento observado nos fluxos de remessas recebidas pelas famílias nos países da ALC reflete o incremento do rendimento dos migrantes, que melhoraram as suas taxas de emprego, bem como o progresso do processo migratório em períodos anteriores. Em 2020, a maioria dos migrantes na região (59,5%) residia na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos. O segundo destino desta migração (26,3%) estava disperso pelos diferentes países da própria região e o terceiro destino era a Europa (12,6%), com destaque para Espanha (Maldonado & Harris, 2023).

Por outro lado, a relação entre as remessas e o PIB na região da ALC atingiu os 2,5%, semelhante ao observado nos últimos 5 anos. A nível sub-regional, os fluxos de remessas em 2023 representaram 12,7% do PIB na América Central; 9,4% no Caribe; 3,9% no México e 0,7% na América do Sul. Apesar das variações sub-regionais, as remessas são um suporte fundamental para as famílias de baixos rendimentos nesses países, evitando níveis mais elevados de pobreza (Maldonado & Harris, 2023).

Na Figura 1, observa-se uma tendência crescente das remessas no PIB no grupo dos 10 países e período em análise, o que evidencia o papel importante das remessas para as suas economias. Os países com a percentagem mais elevada deste indicador são Honduras, El Salvador, Haiti, Nicarágua e Guatemala, cujas remessas representam mais de 10% do PIB.

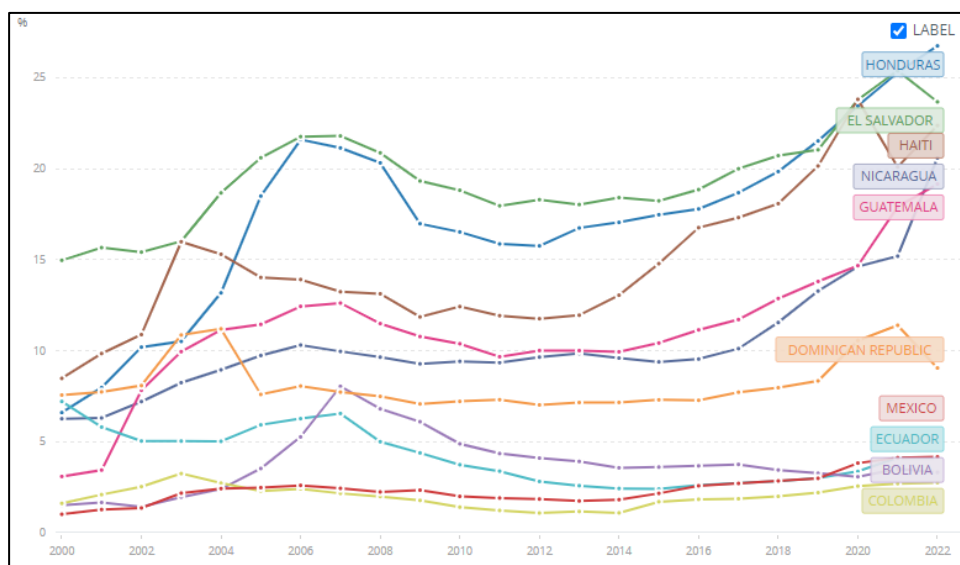


Figura 1: Remessas (% do PIB) nos 10 países durante 2000 - 2022. Fonte: BM.

Em detalhe, as Honduras apresentou um crescimento significativo e constante das remessas recebidas com uma taxa de 6,6% em relação ao PIB em 2000, que se elevou para 26,75% em 2022. No mesmo período, El Salvador registou um aumento que passou de 14,97% para 23,68%, ligeiramente inferior ao ano anterior. Com base em estudos sobre os perfis socioeconômicos dos beneficiários das remessas nestes países, constatou-se que estas constituíram 38% do rendimento mensal total das famílias beneficiárias nas Honduras em 2014 (Keller & Rouse, 2016a), enquanto em El Salvador, esse valor alcançou os 50% em 2013 (Keller & Rouse, 2016b). No caso de Haiti, verificou-se um aumento de 8,48% para 22,38%, atingindo o pico mais alto em 2020, com um total de 23,8%. Este resultado foi influenciado pela pandemia de Covid-19, onde os migrantes haitianos forneceram um apoio financeiro adicional para mitigar a situação econômica e sanitária e para antecipar o fim do Status de Proteção Temporária em janeiro de 2021, que afetaria 46.000 haitianos imigrantes nos Estados Unidos (Laloum & Ruiz-Arranz, 2020). Nicarágua e Guatemala também tiveram uma dependência significativa das remessas, destacando uma tendência de subida forte e acelerada nos últimos anos em ambos países (20,59% e 19,16%, respetivamente).

Em contraste, os restantes cinco países - República Dominicana, México, Equador, Bolívia e Colômbia – apresentam uma percentagem inferior de remessas no PIB, em comparação com os países mencionados acima. Apesar disso, observa-se uma tendência de subida moderada e gradual deste indicador. Na República Dominicana e no México, os fluxos de remessas em relação ao PIB foram de 9,05% e 4,17%, respetivamente, em 2022,

evidenciando um crescimento moderado ao longo do período analisado. Já no Equador nota-se uma recuperação mais lenta após uma queda inicial, alcançando 4,13% em 2022. Por último, a Bolívia e a Colômbia apresentam um padrão menos pronunciado face aos restantes países da amostra. Na Bolívia, houve um aumento gradual, partindo de 1,51% em 2000 até 3,31% em 2022, com um pico de 6,81% em 2008. Na Colômbia, passou de 1,61% para 2,75% no mesmo período.

Como referido anteriormente, a variabilidade nas taxas de remessas recebidas resulta das diferenças na diáspora, nas políticas socioeconômicas e no trabalho e rendimento recebidos pelos migrantes nos países em que residem. Entretanto, todos os países apresentaram um crescimento nas taxas de remessas recebidas, indicando assim, a relevância e dependência desses recursos nas suas economias.

4. Metodologia

O presente capítulo encontra-se dividido em três subcapítulos: o primeiro apresenta o modelo e as variáveis utilizadas, o segundo descreve os dados recolhidos e o terceiro aborda os métodos de estimação aplicados.

4.1 Modelo e variáveis

Para analisar o impacto macroeconómico das remessas dos emigrantes nas componentes do PIB foram formuladas as seguintes equações:

$$C_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 R_{i,t} + \beta_2 I_{i,t} + \beta_3 RNB_{i,t} + \beta_4 TE_{i,t} + \mu_{i,t} \quad (1)$$

$$FBCF_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 R_{i,t} + \alpha_2 DE_{i,t} + \alpha_3 PB_{i,t} + \alpha_4 RNB_{i,t} + \delta_{i,t} \quad (2)$$

$$G_{i,t} = \theta_0 + \theta_1 R_{i,t} + \theta_2 DP_{i,t} + \theta_3 TD_{i,t} + \theta_4 EPS_{i,t} + \tau_{i,t} \quad (3)$$

$$X_{i,t} = \gamma_0 + \gamma_1 R_{i,t} + \gamma_2 TCR_{i,t} + \gamma_3 I_{i,t} + \gamma_4 TCPT_{i,t} + \pi_{i,t} \quad (4)$$

$$M_{i,t} = v_0 + v_1 R_{i,t} + v_2 TCR_{i,t} + v_3 I_{i,t} + v_4 RNB_{i,t} + \eta_{i,t} \quad (5)$$

Onde $C_{i,t}$ é o consumo para o país i no ano t ; $G_{i,t}$ os gastos públicos; $FBCF_{i,t}$ a formação bruta de capital fixo; $X_{i,t}$ as exportações, $M_{i,t}$ as importações; $R_{i,t}$ as remessas dos emigrantes; $I_{i,t}$ a inflação; $RNB_{i,t}$ o rendimento nacional bruto; $TE_{i,t}$ a taxa de emprego; $DE_{i,t}$ a dívida externa; $PB_{i,t}$ a poupança bruta; $DP_{i,t}$ a dívida pública; $TD_{i,t}$ a taxa de desemprego; $EPS_{i,t}$ a estabilidade política e social; $TCR_{i,t}$ a taxa de câmbio real; $TCPT_{i,t}$ a taxa de crescimento da produtividade do trabalho e $\mu_{i,t}$ o termo de erro.

A variável independente de revelo é as remessas dos emigrantes, expressas em percentagem do PIB. As variáveis dependentes compreendem as componentes do PIB: consumo das famílias, gastos públicos, formação bruta de capital fixo, exportações e importações de bens e serviços, todas expressas em percentagem do PIB.

Incorporaram-se também, em cada uma das regressões, variáveis moderadoras escolhidas com base na literatura e na disponibilidade de dados. Para a regressão do consumo consideraram-se: a inflação por influenciar o consumo através do impacto nos preços, alterando o poder de compra de alguns consumidores (Oner, 2022); o rendimento nacional bruto *per capita* por estar diretamente relacionado com o consumo, conforme Keynes (1965), indicando que o consumo aumenta com o crescimento do rendimento, mas em menor

proporção; a taxa de emprego por impulsionar a procura por bens de consumo. Quanto maior é o número de pessoas empregadas, maior é a capacidade de compra, o que estimula a procura por bens de consumo (Maverick, 2024).

Para a regressão da formação bruta de capital fixo: a dívida externa por ter um impacto adverso direto sobre as taxas de investimento nos países em desenvolvimento. Isso ocorre porque reduz a disponibilidade de recursos para uso interno, incluindo investimento privado, e utiliza parte significativa dos retornos futuros do investimento para pagar as obrigações de dívida correntes (Greene & Villanueva, 1990; Borensztein, 1989); a poupança bruta por proporcionar uma base de financiamento sustentável a longo prazo para investimentos nos países em desenvolvimento (Ribaj & Mexhuani, 2021); o rendimento por impactar nas decisões estratégicas do investimento e nos comportamentos dos investidores, como a decisão de deter ações que está positivamente relacionada com o rendimento (Arianti, 2018; Shum & Faig, 2006).

Para a regressão dos gastos públicos: a dívida pública porque um elevado nível deste indicador pode reduzir as despesas sociais e limitar a capacidade do governo de implementar reformas (World Bank, 2024); a taxa de desemprego por afetar os gastos públicos através dos benefícios monetários concedidos pelo governo aos desempregados (Peacock & Wiseman, 1961); a estabilidade política por influenciar a composição das despesas públicas. Países mais corruptos tendem a reduzir os gastos do governo em áreas como a educação e saúde por não fornecer tantas oportunidades lucrativas para os funcionários do governo quanto outras componentes de gastos (Mauro, 1998; Hadj & Maktouf, 2020).

Por último, para as regressões das exportações e importações: a taxa de câmbio real por influenciar as trocas comerciais internacionais, afetando o volume e valor das importações e exportações do país (Fernández, 2023); a inflação por impactar as exportações e importações de um país devido ao aumento dos preços relativamente aos dos países concorrentes (Dorrance, 1965; Lovasy, 1962); o rendimento nacional bruto *per capita* uma vez que a procura de bens importados pode ser influenciada por níveis de rendimento mais elevados (Kelly & Logan, 2023); a taxa de crescimento da produtividade do trabalho visto que o número de mercados de exportação atendidos pelas empresas aumenta com os níveis de produtividade das mesmas (Damijan et al., 2005).

4.2 Dados

A análise incluiu dados em painel para dez países latino-americanos durante o período de 2000 a 2022. A seleção da amostra e do período temporal foi determinada pela disponibilidade dos dados, os quais foram recolhidos de várias fontes, nomeadamente BM, FMI, PWT e OMT. Na Tabela 4 são especificadas a medida e fonte de cada uma das variáveis, enquanto a Tabela 5 mostra as estatísticas descritivas para a variável das remessas e para as variáveis dependentes de cada regressão.

Tabela 4: Medidas e fontes das variáveis

Variável	Sigla	Medida	Fonte
Remessas dos emigrantes	R	Soma das remessas recebidas do exterior, em percentagem do PIB	BM
Consumo das famílias	C	Valor de mercado de todos os bens e serviços adquiridos pelas famílias, em dólares constantes de 2015 dividido pela população total	BM
Formação bruta de capital fixo	FBCF	Formação bruta de capital fixo, em dólares constantes de 2015 dividido pela população total	BM
Gastos públicos	G	Despesas correntes das administrações públicas com a aquisição de bens e serviços, em dólares constantes de 2015 dividido pela população total	BM
Exportação de bens e serviços	X	Valor de mercado de todos os bens e serviços fornecidos ao resto do mundo, em dólares constantes de 2015 dividido pela população total	BM
Importação de bens e serviços	M	Valor de mercado de todos os bens e serviços recebidos do resto do mundo, em dólares constantes de 2015 dividido pela população total	BM
Inflação	I	Taxa de crescimento do índice de preços no consumidor	BM
Rendimento nacional bruto <i>per capita</i>	RNB	Rendimento nacional bruto dividido pela população a preços constantes dos EUA, 2015	BM

Taxa de emprego	TE	Percentagem da população ativa de um país que está empregada	BM
Dívida externa	DE	Dívida externa total em percentagem do rendimento nacional bruto	BM
Poupança bruta	PB	Rendimento nacional bruto menos o consumo total, mais as transferências líquidas, em percentagem do PIB	BM
Dívida pública	DP	Total de dívida emitida pelo governo central, em percentagem do PIB	FMI
Taxa de desemprego	TD	Percentagem da população ativa de um país que está desempregada	BM
Estabilidade política e social	EPS	Estimativa do nível de estabilidade política e de violência/terrorismo. Índice compreendido entre -2,5 e 2,5	BM
Taxa de câmbio real	TCR	Rácio entre o nível de preços do PIB doméstico e o nível de preços do PIB dos EUA	PWT
Taxa de crescimento da produtividade do trabalho	TCPT	Taxa de crescimento da produção por trabalhador, a preços constantes	OMT

Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Obs.	Média	Desvio-padrão	Min.	Max.
R	230	9,380069	6,640197	1,014032	26,75282
C	230	3048.476	1660.812	1056.256	7183.021
FBCF	230	873.2958	598.5501	109.1538	2365.023
G	230	530.525	305.4356	68.49734	1226.798
X	230	1060.55	748.9774	29.00758	4047.782
M	230	1381.71	783.7307	276.9514	4304.55

A tabela acima apresenta as estatísticas descritivas da variável independente de relevo e das variáveis dependentes.

4.3 Métodos de estimação

Este estudo utilizou dados em painel para a amostra e o horizonte temporal considerado. Este tipo de dados proporciona maior eficiência, informação, graus de liberdade, controlo da heterogeneidade individual e variabilidade nos dados, além de reduzir a colinearidade entre as variáveis (Baltagi, 2005).

Os métodos de estimação mais frequentemente usados nos dados em painel são o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios. O primeiro abrange características específicas que permanecem constantes entre as observações, enquanto o segundo considera a variabilidade e as diferenças entre distintas entidades ou indivíduos dentro de um grupo maior (Mustafa, 2023). Cabe destacar que o software STATA foi usado para realizar os testes e as estimativas necessárias

O teste de Hausman foi empregado na análise econométrica deste estudo para escolher entre o método de estimação mais apropriado. A Tabela 6 mostra o resultado do teste Hausman de cada uma das regressões. Ressalta-se que o resultado do *prob>chi2* para a regressão da formação bruta de capital fixo foi inferior a 5%, rejeitando assim a hipótese nula e optando pelo método de efeitos fixos. Em contrapartida, o resultado do *prob>chi2* nas regressões do consumo, gastos públicos, exportação e importação foi superior a 5%, indicando a escolha do método de efeitos aleatórios.

Tabela 6 – Resultados do teste Hausman

Variável	Resultado <i>chi2</i>	Resultado <i>p-value (prob>chi2)</i>
C	3.96	0.4114
FBCF	55.72	0.0000
G	8.46	0.0760
X	8.87	0.0645
M	6.20	0.1849

5. Análise e discussão dos resultados

O presente capítulo analisa e discute os resultados obtidos das cinco regressões, apresentando uma tabela correspondente para cada uma delas.

Os resultados da regressão para a equação do consumo (Tabela 7) indicam que o rendimento nacional bruto é a única variável independente estatisticamente significativa positiva ao nível de 1%, corroborando a teoria de Keynes (1965) de que um aumento do rendimento resulta num maior consumo.

Em relação à variável independente de relevo, as remessas também apresentam uma alta significância estatística ao nível de 1% e com sinal positivo. Este resultado já era expectável, conforme os estudos anteriormente abordados, nomeadamente os de Bucevska (2022), Sarbu & Cimpoei (2018), Narang (2020), Kandil & Mirzaie (2009) e outros, que concluíram que as remessas são principalmente direcionadas para o consumo familiar nos países de origem dos emigrantes.

Na ALC, esse padrão pode ser explicado pelas altas taxas de pobreza e desigualdade económica nos países da região que fazem das remessas uma importante fonte de rendimento para atender às necessidades básicas das famílias mais pobres. No contexto da pandemia, bem como do aumento da insegurança alimentar face à inflação e às catástrofes naturais, esta fonte de rendimento torna-se particularmente relevante. Nesse sentido, as remessas são orientadas principalmente para financiar o consumo familiar, contribuindo para manter um nível mínimo de vida de muitas famílias da região (Canales, 2009). Portanto, a capacidade de consumo na ALC depende, em grande medida, da continuidade dos fluxos de remessas que recebe (Eggers & Montero, 2023).

Tabela 7 - Regressão para a equação do consumo

R	16.96266*** (3.839263)
I	-.6884281 (.9071525)
RNB	.7017154*** (.0258756)
TE	-7.793255

	(6.696616)
Constante	519.754 (356.922)
Observações	230
R^2	0.9847
Nº de países	10

Nota: ***, ** e * indicam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respetivamente. Os desvios padrões encontram-se entre parêntesis.

Os resultados de todas as variáveis na regressão para a equação da formação bruta de capital fixo (Tabela 8) são estatisticamente significativos. Em relação às variáveis de controlo, a dívida externa mostra significância ao nível de 1% e sinal negativo, consistente com a literatura de Greene & Villanueva (1990) e Borensztein (1989) que mostraram que o aumento desta variável reduz as taxas de investimento. No rendimento nacional bruto observa-se também significância estatística positiva, ao nível de 1%, como era esperado (Arianti, 2018; Shum & Faig, 2006), bem como na poupança bruta com significância estatística positiva de 10%, corroborando a importância da poupança bruta nas taxas de investimento de um país (Ribaj & Mexhuani, 2021).

Na variável independente de relevo, o impacto é estatisticamente significativo e negativo ao nível de 1%. Esse efeito negativo é consistente com estudos anteriores (Qutb, 2021; Gjini, 2013; Barajas et al., 2009; Chirila & Chirila, 2017 e outros) com o principal argumento de que as remessas são mais frequentemente direcionadas ao consumo, em detrimento do investimento. Uma das razões para essa relação negativa na ALC baseia-se nas condições de pobreza e marginalização que caracterizam a região, as quais limitam o ambiente macroeconómico local, tornando-o desfavorável aos investimentos produtivos (Canales, 2009). Além disso, os níveis de investimento tendem a ser mais baixos em economias mais voláteis, desencorajando os investidores visto que estão sujeitos a um maior risco (Perry, 2005). Dado que as remessas constituem um importante tipo de rendimento familiar, como mencionado anteriormente, é de se esperar que fluam em maior volume para aqueles países com menor nível de desenvolvimento, que frequentemente apresentam menos opções para o investimento produtivo, o que leva a que as remessas sejam destinadas principalmente ao consumo (Canales, 2009). Nesse sentido, torna-se essencial desenvolver

políticas eficazes que promovam o uso produtivo das remessas, as quais poderiam ser empregadas em maior medida, por exemplo, para investimento (FMI, 2017).

Tabela 8 - Regressão para a equação da formação bruta de capital fixo

R	-11.2863*** (2.80331)
DE	-1.74846** (.6225342)
PB	5.857238* (2.719258)
RNB	.3036282*** (.0189756)
Constante	-275.4799*** (76.75966)
Observações	230
R^2	0.9375
Nº de países	10

Nota: ***, ** e * indicam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente. Os desvios padrões encontram-se entre parêntesis.

Os resultados da regressão para a equação dos gastos públicos (Tabela 9) mostram que, das variáveis moderadoras, a estabilidade política é única estatisticamente significativa e positiva, ao nível de 1%. Este impacto já se previa na literatura ((Mauro, 1998; Hadj & Maktouf, 2020), demonstrando que esta variável influencia positivamente a composição das despesas públicas.

No que diz respeito às remessas, também revela significância estatística positiva ao nível de 1%, validando os resultados de Jannat et al. (2018) que salientam o impacto positivo das remessas nos gastos governamentais. O efeito observado na ALC pode ser atribuído à desigualdade social prevalente na região, que exige um alto nível de investimento em gastos sociais. No entanto, a ineficiência dos gastos públicos por parte dos governos limita a capacidade de atender às necessidades sociais e melhorar a infraestrutura regional (Clements et al., 2007). Nesse contexto, as remessas desempenham um papel crucial ao aliviar a pressão

sobre os gastos do governo (Jannat et al., 2018). O fluxo de remessas permite que as famílias beneficiárias cubram despesas adicionais em áreas como a educação e saúde. Na ALC, esse efeito tem sido notável, com um aumento superior a 50% nos gastos com educação como resultado das remessas enviadas pelos emigrantes (Unesco, 2019).

Tabela 9 - Regressão para a equação dos gastos públicos

R	9.440339*** (3.066609)
DP	.9976062 (1.150683)
TD	-10.88107 (7.239386)
EPS	189.2767*** (70.24609)
Constante	574.5888*** (133.5786)
Observações	230
R²	0.0145
Nº de países	10

Nota: ***, ** e * indicam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente. Os desvios padrões encontram-se entre parêntesis.

Na regressão para a equação das exportações (Tabela 10), a inflação impacta significativa e negativamente as exportações, ao nível de 5%. Este resultado era expectável, dado que a inflação torna os bens produzidos domesticamente mais caros, reduzindo assim a competitividade dos produtos exportáveis (Dorrance, 1965; Lovasy, 1962). A taxa de crescimento da produtividade do trabalho, no entanto, mostra um efeito positivo significativo ao nível de 5%, consistente com o estudo de Damijan et al. (2005) que prevê o aumento do número de mercados de exportação atendidos com o crescimento do nível de produtividade.

Em relação à variável independente de relevo, observa-se que o resultado é estatisticamente significativo e positivo ao nível de 5%, corroborado pelos estudos de Kandil & Mirzaie (2009) e Kersan-Škabić & Tijanić (2022) que destacaram a significância das remessas no setor da exportação. Na ALC, isso pode ser atribuído às transações comerciais nostálgicas que permitem aos imigrantes manter as tradições culturais dos seus países de origem e, ao mesmo tempo, gerar rendimentos nesses países. Essas transações representam um volume considerável das exportações para os Estados Unidos provenientes de vários países da ALC (Orozco, 2007). Nesse contexto, pode-se considerar a promoção da exportação de bens produzidos por indústrias locais financiadas pelas remessas dos emigrantes (Meyers, 2000). Portanto, o crescimento económico nos países de destino de migrantes e importantes parceiros comerciais leva ao aumento nas remessas devido aos maiores rendimentos dos migrantes. Esses fluxos de remessas, por sua vez, impulsionam o crescimento económico nos países de origem através do aumento nas exportações (Barajas et al., 2009).

Tabela 10 - Regressão para a equação das exportações

R	17.89327** (8.155945)
TCR	331.8902 (419.7281)
I	-4.625528** (2.447933)
TCPT	6.496781** (2.865312)
Constante	759.9375*** (283.1732)
Observações	230
R²	0.0201
Nº de países	10

Nota: ***, ** e * indicam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respetivamente. Os desvios padrões encontram-se entre parêntesis.

Por último, na regressão para a equação das importações (Tabela 11) verifica-se que, em relação às variáveis moderadoras, a inflação apresenta significância estatística ao nível de 10% com sinal negativo. O rendimento nacional bruto é positivamente significativo ao nível de 1%, como era expectável (Kelly & Logan, 2023).

As remessas mostram significância estatística ao nível de 1% com sinal positivo. Este resultado é consistente com os estudos de Kandil & Mirzaie (2009) e Blouchoutzi & Nikas (2010) que concluíram que os fluxos de remessas aumentaram e financiaram em grande medida as importações. Na ALC, esse efeito pode estar relacionado com o tamanho reduzido, a menor diversificação e o grau de abertura relativamente alto de muitos países da região (FMI, 2017). As divisas proporcionadas pelo fluxo de remessas permitem a importação de bens de capital e matérias-primas necessárias para o desenvolvimento económico regional (Samuel, 2001). No entanto, é essencial equilibrar a dependência das importações com o desenvolvimento de capacidades produtivas internas, por exemplo, através de investimentos em infraestrutura, educação, tecnologia e cooperação regional para fortalecer o comércio (Data País, 2024).

Tabela 11 - Regressão para a equação das importações

R	21.48981*** (6.761309)
TCR	123.5151 (236.875)
I	-2.090285* (1.143885)
RNB	.2977966*** (.0667995)
Constante	-64.95284 (283.2843)
Observações	230
R²	0.8038
Nº de países	10

Nota: ***, ** e * indicam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respetivamente. Os desvios padrões encontram-se entre parêntesis.

6. Conclusão

As remessas dos emigrantes representam uma fonte determinante de financiamento externo para vários países e o seu impacto tem sido objeto de estudo de diversos autores. Na América Latina e o Caribe, as remessas constituem uma parcela significativa do produto interno bruto para vários países desta região. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo estimar o impacto macroeconómico das remessas dos emigrantes nas componentes do produto interno bruto em 10 países latino-americanos. Para atingir o objetivo proposto, utilizaram-se dados de distintas fontes, nomeadamente do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, *Penn World Table* e Organização Mundial do Trabalho, abrangendo o período de 2000 a 2022.

Os principais resultados mostram que as remessas têm um impacto significativo nas cinco componentes do produto interno bruto, sendo positivo no consumo, gastos públicos, exportações e importações, e negativo no investimento. A literatura justifica essa relação positiva, destacando que, em contextos de alta desigualdade social e pobreza, as remessas dos emigrantes são direcionadas ao consumo familiar, ajudando a cobrir despesas essenciais e aliviando a pressão sobre os gastos públicos. Além disso, elas impulsionam as exportações através de transações culturais e financiam as importações nas economias menos diversificadas da região. O impacto negativo no investimento sugere que as remessas são maioritariamente utilizadas para consumo, devido ao ambiente socioeconómico desfavorável que oferece menor opções para o investimento produtivo. Assim, torna-se fundamental que os decisores políticos desenvolvam políticas que direcionem as remessas para investimentos produtivos, fortalecendo as capacidades produtivas.

Uma das limitações encontradas neste estudo foi a falta de significância estatística em algumas das variáveis de controlo seleccionadas. Por isso, considera-se que existe ainda uma margem considerável para futuras investigações que explorem com mais detalhe o impacto macroeconómico das remessas dos emigrantes sobre outras variáveis. Também seria benéfico analisar como direcionar as remessas de maneira mais eficaz para investimentos produtivos e também examinar como as remessas afetam diferentes países e períodos, de modo a obter uma visão mais completa do seu impacto na economia regional.

Com esta dissertação, pretende-se ter contribuído com a literatura existente ao fornecer resultados empíricos mais recentes e pertinentes, ampliando a compreensão sobre o impacto macroeconómico das remessas dos emigrantes na região da América Latina e do Caribe.

Referências bibliográficas

- Acosta, P. A., Lartey, E. K., & Mandelman, F. S. (2009). Remittances and the Dutch disease. *Journal of international economics*, 79(1), 102-116. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2009.06.007>
- Ahmed, F. Z. (2012). The perils of unearned foreign income: Aid, remittances, and government survival. *American Political Science Review*, 106(1), 146-165. <https://doi.org/10.1017/S0003055411000475>
- Arianti, B. F. (2018). The influence of financial literacy, financial behavior and income on investment decision. *Economics and Accounting Journal*, 1(1), 1-10. <https://www.researchgate.net/publication/349574395> THE INFLUENCE OF FINANCIAL LITERACY FINANCIAL BEHAVIOR AND INCOME ON INVESTMENT DECISION
- Asafo Agyei, S. (2021). The dynamics of remittances impact: a mixed-method approach to understand Ghana's situation and the way forward. *Social Sciences*, 10(11), 410. <https://doi.org/10.3390/socsci10110410>
- Baltagi, B. (2005). *Econometric analysis of panel data*. John (3^o ed.). John Wiley & Sons, Ltd.
- Barajas, A., Chami, R., Fullenkamp, C., Gapen, M., & Montiel, P. J. (2009). Do workers' remittances promote economic growth?. *IMF Working Papers*, 09(153). <https://doi.org/10.5089/9781451873009.001>
- Bhatta, G. R. (2013). Remittance and trade deficit nexus in Nepal: A VECM approach. *NRB Economic Review*, 25(1), 37-50. <https://doi.org/10.3126/nrber.v25i1.52699>
- Blouchoutzi, A., & Nikas, C. (2010). The macroeconomic implications of emigrants' remittances in Romania, Bulgaria and Albania. *Post-Communist Economies*, 22(4), 547-558. <https://doi.org/10.1080/14631377.2010.518479>
- Borensztein, E. (1989). The effect of external debt on investment. *Finance and Development*, 26(3), 17-19. <https://doi.org/10.5089/9781451952032.022>

- Borja, K. (2020). Remittances, corruption, and human development in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, 55(3), 305-327. <https://doi.org/10.1007/s12116-020-09299-1>
- Bouoiyour, J., Selmi, R., & Miftah, A. (2018). The relationship between remittances and macroeconomic variables in times of political and social upheaval: Evidence from Tunisia's Arab Spring. *Economics of Transition and Institutional Change*, 27(2), 355-394. <https://doi.org/10.1111/ecot.12199>
- Bucevska, V. (2022). Impact of remittances on economic growth: Empirical evidence from South-East European countries. *South East European Journal of Economics and Business*, 17(1), 79-94. <https://doi.org/10.2478/jeb-2022-0006>
- Canales, A. I. (2009). Remesas, desarrollo y pobreza en América Latina. *Carta Económica Regional*, 20(101), 21-44. https://www.researchgate.net/publication/292148549_Remesas_desarrollo_y_pobreza_en_America_Latina
- Chami, R., Fullenkamp, C., & Jahjah, S. (2005). Are immigrant remittance flows a source of capital for development?. *IMF Staff papers*, 52(1), 55-81. <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/024/2005/001/article-A004-en.xml>
- Chamorro-García, A. F., & Hernández-García, E. (2019). Remesas y crecimiento económico regional en Colombia 2009-2016: una aplicación de datos panel. *Apuntes del Cenes*, 38(68), 213-245. <https://doi.org/10.19053/01203053.v38.n68.2019.8576>
- Chana, L. H., Sotomayor, M., & Lien, D. (2019). Impacts of the Contributions of FDI and Remittances on the Economic Growth in Asia and Latin America: A Comparative Study. *Frontiers of Economics in China*, 14(3), 371-400. <https://doi.org/10.3868/s060-008-019-0017-6>
- Chirila, V., & Chirila, C. (2017). The Analysis of Romania's External Migration and of the Causality between Remittances and Romania's Economic Growth. *Amfiteatru Economic*, 19(46), 696-710. <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=553835>

Cismaș, L. M., Curea-Pitorac, R. I., & Vădăsan, I. (2019). The impact of remittances on the receiving country: Some evidence from Romania in European context. *Economic research-Ekonomska istraživanja*, 33(1), 1073-1094. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2019.1629328>

Clements, B. J., Faircloth, C., & Verhoeven, M. (2007). Gasto público en América Latina: tendencias y aspectos clave de política. *Revista de la CEPAL*, n° 93, 39-62. <https://hdl.handle.net/11362/11222>

Damijan, J. P., Polanec, S., & Prašnikar, J. (2005). Does exporting increase productivity? firm level evidence from Slovenia. Apresentado na *Conference on 'Globalisation and Firm Level Adjustment'*, Universidade de Nottingham. <https://www.nottingham.ac.uk/gep/documents/conferences/2005/june2005conf/damijan-june05.pdf>

Data País (2024, Abril 11). *Dependencia de las importaciones*. <https://www.datapaís.com/dependencia-de-importaciones/>

Dorrance, G. S. (1965). Rapid Inflation and International Payments. *Finance and The Fund and Bank Review* 2(2), 65-70. <https://doi.org/10.5089/9781616352783.022>

Doyle, D. (2015). Remittances and social spending. *American Political Science Review*, 109(4), 785-802. <https://doi.org/10.1017/S0003055415000416>

Ebrahim-Zadeh, C. (2003, Março 1). Dutch Disease: Too much wealth managed unwisely. *Finance & Development*, 40(1), 50-50. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2003/03/ebra.htm>

Eggers, C. & Montero, M. (2023, Abril 18). El papel de las remesas en Centroamérica, México y República Dominicana en el alivio a la pobreza. *Banco Interamericano de Desenvolvimento*. <https://blogs.iadb.org/migracion/es/el-papel-de-las-remesas-en-centroamerica-mexico-y-republica-dominicana-en-el-alivio-a-la-pobreza/#:~:text=Para%20las%20familias%20receptoras%2C%20las,la%20pobreza%20y%20la%20desigualdad>

- Eggoh, J., Bangake, C., & Semedo, G. (2019). Do remittances spur economic growth? Evidence from developing countries. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 28(4), 391-418. <https://doi.org/10.1080/09638199.2019.1568522>
- Eke, F. A., & Eke, I. C. (2023). Macroeconomic impact of remittances: Evidence from Nigeria. *Journal Of Economics And Allied Research*, 8(2), 220-232. <https://jearecons.com/index.php/jearecons/article/view/312>
- Farzanegan, M. R., & Hassan, S. M. (2019). How does the flow of remittances affect the trade balance of the Middle East and North Africa?. *Journal of economic policy reform*, 23(2), 248-266. <https://doi.org/10.1080/17487870.2019.1609357>
- Fernández, J. (2023, Junho 6). ¿Cómo afecta el tipo de cambio a tu negocio y cómo gestionarlo?. *Sage*. <https://www.sage.com/es-es/blog/como-afecta-el-tipo-de-cambio-a-tu-negocio/>
- Fromentin, V. (2018). Remittances and financial development in Latin America and the Caribbean countries: A dynamic approach. *Review of Development Economics*, 22(2), 808-826. <https://doi.org/10.1111/rode.12368>
- Fullenkamp, C., Cosimano, M. T. F., Gapen, M. T., Chami, M. R., Montiel, M. P., & Barajas, M. A. (2008). *Macroeconomic consequences of remittances*. International Monetary Fund. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/op/259/op259.pdf>
- Fundo Monetário Internacional. (2009). *Balance of Payments and International Investment Position Manual* (6° ed.). <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>
- Fundo Monetário Internacional. (2017). *Perspectivas económicas de las Américas: historia de dos ajustes*. <https://www.imf.org/es/Publications/REO/WH/Issues/2017/05/10/wreo0517?cid=sm-com-TW#>
- Greene, J., & Villanueva, D. (1990). Determinants of private investment in LDCs. *Finance and Development*, 27(4), 40-42. <https://doi.org/10.5089/9781451951783.022>

- Gjini, A. (2013). The role of remittances on economic growth: An empirical investigation of 12 CEE countries. *International Business & Economics Research Journal*, 12(2), 193-204. <https://doi.org/10.19030/iber.v12i2.7631>
- Hadj Fraj, S., & Maktouf, S. (2020). Political stability and economic growth: the role of exchange rate regime. *Munich Personal RePEc Archive Paper*, n° 104586. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/104586/>
- Hassan, G. M., & Shakur, S. (2017). Nonlinear effects of remittances on per capita GDP growth in Bangladesh. *Economies*, 5(3), 25. <https://doi.org/10.3390/economies5030025>
- Jacques, B. H. (2004). A Theory of worker's remittances with an application to Morocco. *Middle East and Central Asia Department, IMF Working Paper*, 04(194). <https://doi.org/10.5089/9781451859898.001>
- Jannat, F., Khan, F., Proma, P. M., & Amin, S. B. (2018). Does foreign remittances reduce government spending? Response from Bangladesh. *Journal of Business and Policy Research*, 13(1), 67-77. <https://doi.org/10.21102/jbpr.2018.07.131.05>
- Joseph, S., & Hamilton, T. (2013). Development and dependence along the New York–Haiti remittance corridor. *The Professional Geographer*, 66(1), 149-159. <https://doi.org/10.1080/00330124.2013.768136>
- Kandil, M., & Mirzaie, I. A. (2009). Are MENA Countries Reaping the Benefits of Inflows? A Comparative Analysis of Migrants' Remittances and FDI Flows. *World Economics*, 10(3), 159-192. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1830106
- Keller, L., & Rouse, R. (2016a). *La población receptora de remesas en Honduras: Un análisis de sus características socioeconómicas*. Banco Interamericano de Desarrollo, Unidad de Migración. <http://dx.doi.org/10.18235/0006331>
- Keller, L., & Rouse, R. (2016b). *La población receptora de remesas en El Salvador: un análisis de sus características socioeconómicas*. Banco Interamericano de Desarrollo, Unidad de Migración. <http://dx.doi.org/10.18235/0006329>

Kelly, R. & Logan, M. (2023, Agosto 28). Which Factors Can Influence a Country's Balance of Trade? *Investopedia*. <https://www.investopedia.com/ask/answers/041615/which-factors-can-influence-countrys-balance-trade.asp#toc-exchange-rates-foreign-currency-reserves-and-inflation>

Kersan-Škabić, I., & Tijanić, L. (2022). The impact of remittances on economic development in the Central and Eastern European Countries. *Zb. rad. Ekon. fak. Rij.*, 40(2), 281-296. <https://doi.org/10.18045/zbefri.2022.2.281>

Keynes, J. M. (1965). *Teoría general de la ocupación, el interés y el dinero*. Traducción de Eduardo Hornedo (7º ed.). Fondo de Cultura Económica.

Khan, I., & Gunwant, D. F. (2023). Is the remittance inflow to the Turkish economy sustainable? A glimpse of the future through the lens of the past. *Review of Applied Socio-Economic Research*, 25(1), 34-51. <https://doi.org/10.54609/reaser.v25i1.203>

Laloum, M., & Ruiz-Arranz, M. (2020). *Migración y remesas en 2020 en Centroamérica, Haití, México, Panamá y República Dominicana: Impacto del Covid-19, de los huracanes y expectativas a mediano plazo*. Banco Interamericano de Desarrollo, Unidad de Migración. <http://dx.doi.org/10.18235/0003233>

Lovasy, G. (1962). Inflation and exports in primary producing countries. *IMF Staff Papers*, 9(1), 37-69. <https://doi.org/10.5089/9781451955972.024>

Maldonado, R. & Harris, J. (2023). *Las remesas a Latinoamérica y el Caribe en 2023: retomando el crecimiento previo*. Banco Interamericano de Desarrollo, Unidad de Migración. <http://dx.doi.org/10.18235/0005270>

Maverick, J. (2024, Agosto 28). Which Economic Factors Most Affect the Demand for Consumer Goods? *Investopedia*. <https://www.investopedia.com/ask/answers/042815/which-economic-factors-most-affect-demand-consumer-goods.asp>

Mauro, P. (1998). Corruption and the composition of government expenditure. *Journal of Public economics*, 69(2), 263-279. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(98\)00025-5](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(98)00025-5)

- Mayoral, F. M., & Proaño, M. B. (2015). El impacto de las remesas en el crecimiento económico de América Latina, 1975-2012. *América Latina Hoy*, 69, 141-161. <https://doi.org/10.14201/alh201569141161>
- Meyers, D. W. (2000). Remesas de América Latina: revisión de la literatura. *Comercio exterior*, 50(4), 275-289. <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/49/1/RCE.pdf>
- Mustafa, A. (2023, Julho 8). Understanding Random Effects and Fixed Effects in Statistical Analysis. *Medium*. <https://medium.com/@akif.iips/understanding-random-effect-and-fixed-effect-in-statistical-analysis-db4983cdf8b1>
- Nakije, K. (2021). The Causal Link between FDI and Remittances in Kosovo, Switzerland, and Denmark. *Comparative Economic Research. Central and Eastern Europe*, 24(2), 45-68. <https://doi.org/10.18778/1508-2008.24.11>
- Narang, D. (2020). Macroeconomic Outcomes of Remittances on the Indian Economy. *Preprints*. <https://doi.org/10.20944/preprints202005.0111.v1>
- Olayungbo, D. O., & Quadri, A. (2019). Remittances, financial development and economic growth in sub-Saharan African countries: evidence from a PMG-ARDL approach. *Financial Innovation*, 5(1), 9. <https://doi.org/10.1186/s40854-019-0122-8>
- Oner, C. (2022, Agosto 15). Inflation: Prices on the Rise. Back to Basics: Economics Concepts Explained, Finance & Development. *International Monetary Fund*. <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/Series/Back-to-Basics/Inflation>
- Orozco, M. (2007). Remesas en la región de América Latina y el Caribe. Un análisis de su impacto económico. *Inter-American Dialogue*, 317-356. http://conapo.gob.mx/work/models/CONAPO/migracion_internacional/migint_desarrollo/11.pdf
- Peacock, A., & Wiseman, J. (1961). *The growth of public expenditure in the United Kingdom*. Princeton University Press. <https://www.nber.org/system/files/chapters/c2302/c2302.pdf>

- Perry, G. (2005). *Crecimiento en América Latina en busca del tiempo perdido*. Serie desarrollo para todos, n.º 34862, Banco Mundial. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/131941468053706987/pdf/348620958682571econ1mico1801PUBLIC1.pdf>
- Polat, B., & Andrés, A. R. (2019). Do emigrants' remittances cause Dutch disease? A developing countries case study. *The Economic and Labour Relations Review*, 30(1), 59-76. <https://doi.org/10.1177/1035304619828560>
- Qutb, R. (2021). Migrants' remittances and economic growth in Egypt: an empirical analysis from 1980 to 2017. *Review of Economics and Political Science*, 7(3), 154-176. <https://doi.org/10.1108/REPS-10-2018-0011>
- Ratha, D., Plaza, S., Ju Kim, E., Chandra, V., Kurasha, N., & Pradhan, B. (2023). Remittances remain resilient but are slowing. *Migration and Development Brief*, 38. <https://www.knomad.org/publication/migration-and-development-brief-38>
- Rausser, G., Strielkowski, W., Bilan, Y. & Tsevukh, Y. (2018). Migrant remittances and their impact on the economic development of the Baltic States. *Geographica Pannonica*, 22(3), 165-175. <https://doi.org/10.5937/gp22-16988>
- Ribaj, A., & Mexhuani, F (2021). The impact of savings on economic growth in a developing country (the case of Kosovo). *Journal of Innovation and Entrepreneurship* 10, 1. <https://doi.org/10.1186/s13731-020-00140-6>
- Samuel, W. (2001). "Migración y remesas: un estudio de caso del Caribe" in *La migración internacional y el desarrollo en las Américas*. Notas de población, nº 73. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/cbec6c23-43a5-4ac7-8c76-f27f05765f6c/content>
- Sarbu, O. & Cimpoiu, L. (2018). The economic impact of emigrant's income in the Republic of Moldova. *Scientific Papers Series Management, Economic Engineering in Agriculture and Rural Development*, 18(2), 383-390. <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000438506000049>

Shum, P., & Faig, M. (2006). What explains household stock holdings?. *Journal of Banking & Finance*, 30(9), 2579-2597. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2005.11.006>

Singh, R. J., Haacker, M., Lee, K. W., & Le Goff, M. (2011). Determinants and macroeconomic impact of remittances in Sub-Saharan Africa. *Journal of African economies*, 20(2), 312-340. <https://doi.org/10.1093/jae/ejq039>

Taguchi, H., & Shammi, R. T. (2018). Emigrant's remittances, Dutch disease and capital accumulation in Bangladesh. *South Asian Journal of Macroeconomics and Public Finance*, 7(1), 60-82. <https://doi.org/10.1177/2277978718760070>

Tchekoumi, L. B., & Nya, P. D. (2023). Remittances and economic growth: What lessons for the CEMAC zone?. *Cogent Economics & Finance*, 11(1), <https://doi.org/10.1080/23322039.2023.2191448>

Unesco (2019). *Migración, desplazamiento y educación: construyendo puentes, no muros*. Informe de seguimiento de la educación en el mundo. <https://doi.org/10.54676/IWWM5074>

Vacaflores, D. E. (2018a). Beyond altruism and self-interest: the growing importance of external factors in the determination of remittances flowing to Latin America. *International Economic Journal*, 32(2), 235-255. <https://doi.org/10.1080/10168737.2018.1478867>

Vacaflores, D. E. (2018b). Are remittances helping lower poverty and inequality levels in Latin America?. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 68, 254-265. <https://doi.org/10.1016/j.qref.2017.09.001>

World Bank. *Personal remittances, received (% of GDP)*. <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS?end=2022&locations=HN-SV-NI-GT-EC-BO-CO-MX-HT-DO&start=2000&view=chart>

World Bank (2024, Maio 6). *Debt: Management, Transparency, Statistics and Sustainability*. <https://www.worldbank.org/en/topic/debt/overview>